

APAE: UM MODELO DE EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

Ruth Maria Rodrigues Garé*
proruthgare@yahoo.com.br
Alessandra de Falco Brasileiro**
alessandrafalco@ufsj.edu.br

RESUMO

Este artigo apresenta uma pesquisa sobre as implicações e contribuições do atual trabalho de profissionalização e inserção no mercado realizado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por proporcionar às pessoas com necessidades especiais a oportunidade de gerirem seu próprio sustento e se tornarem parte da população ativa do país. Assim, a educação oferecida por estas instituições, que se preocupam com a formação de seus alunos para a vida cidadã, precisa ser discutida sob outra ótica. O estudo se inicia com uma breve trajetória sobre a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais e os movimentos da sociedade civil, com o objetivo de promover transformações sociais, educacionais, culturais e políticas. Finalmente, apontando como se estrutura a APAE da cidade de Bragança Paulista, estado de São Paulo, é relatado, a partir de uma pesquisa bibliográfica e de dados coletados na própria instituição, como se dá esse processo educativo para o mercado de trabalho.

Palavras-chave: APAE; pedagogia empreendedora; necessidades educacionais especiais.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de pesquisa desenvolvida a partir da perspectiva da Educação Empreendedora, junto à Universidade Federal de São João Del Rei (2013-2014). O objetivo principal foi estudar as implicações e contribuições do atual trabalho de profissionalização e inserção no mercado, realizado pela Associação de Pais e Amigos Excepcionais (APAE) ao proporcionar às pessoas com necessidades especiais a oportunidade de gerir seu próprio sustento e tornarem parte da população ativa e produtiva do país.

Em função de uma legislação que prevê a inserção de pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) e no contexto das reformas relacionadas à educação básica surgem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que responsabiliza os estados e municípios pela organização, mais as Secretarias de Educação, pelas questões da educação especial no interior das escolas de educação básica.

Portanto, ao desenvolverem ações de uma Educação Empreendedora, ao mesmo tempo, que acolhem e procuram educar pessoas com necessidades especiais, essas associações

* Doutora em Educação pela Universidade São Francisco. Docente na mesma instituição, Itatiba, São Paulo, Brasil.

** Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, Brasil. Docente na Universidade Federal de São João Del Rei, Minas Gerais, Brasil.

são muito importantes, uma vez que servem para que essas pessoas também superem as dificuldades de inclusão social. Pesando no contexto da APAE, é preciso discutir em que esfera da educação se situaria essa instituição e entender se o termo “contexto escolar” pode ser tomado como sendo todos aqueles espaços institucionalizados, estruturados e organizados pelas políticas públicas ou por projetos geridos pelo Terceiro Setor, conforme Gohn (1998, p. 515):

Neste cenário, as demandas sobre a educação são múltiplas. De reciclagem, aperfeiçoamento, especialização, etc. E muitas das demandas não se situam na área da educação formal, na escola regular. Elas emergem de múltiplos campos e situam-se mais na área de atuação das ONGs, o novo Terceiro Setor. Acrescenta-se que demandas da escolaridade formal também estão recaindo sobre o Terceiro Setor, tendo em vista os índices de analfabetismo e a necessidade da leitura para as operações mais elementares, tais como na área da construção civil.

A metodologia de trabalho compreendeu pesquisa bibliográfica, com leitura de artigos sobre essas instituições, de material disponibilizado nos sites das APAEs, da legislação para educação inclusiva e de diversos artigos e trabalhos acadêmicos. A composição do texto trouxe em seu bojo os resultados de visita e coleta de dados na APAE da cidade de Bragança Paulista, no estado de São Paulo, Brasil, com objetivo de dar a conhecer a realidade de uma das APAEs, afim de acirrar mais as discussões em torno de sua importância no cenário educacional, em especial num momento em que as discussões sobre a inclusão estão na pauta dos educadores e das políticas públicas.

Para tanto, utilizou-se a metodologia Estudo de Caso. Tal escolha metodológica de pesquisa deve-se ao fato de que, em se tratando de um trabalho que pretende descrever uma experiência em contexto real, o Estudo de Caso tem caráter investigativo. Conforme Martins (2008, p. 11):

Estudo de caso é uma estratégia metodológica de se fazer pesquisa nas ciências sociais e nas ciências da saúde. Trata-se de uma metodologia aplicada para avaliar ou descrever situações dinâmicas em que o elemento humano está presente. Busca-se apreender a totalidade de uma situação criativamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado.

Neste contexto, o presente estudo se deu entre os meses de julho à dezembro de 2013, pela observação e entrevista de gestores e outros profissionais que trabalham na APAE de Bragança Paulista, a fim de compor o pano de fundo para discussão da necessidade da existência e manutenção de instituições que contribuem para formação e qualificação profissional de pessoas com necessidades especiais. Neste cenário, como objetivo geral esta pesquisa visa trazer a contribuição dos movimentos sociais na composição de instituições de ensino para pessoas com necessidades especiais e discutir a importância das mesmas no

cenário educacional brasileiro, refletindo sobre o processo inclusivo e a importância da pedagogia empreendedora na educação.

2 A EDUCAÇÃO DE PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL

Com a Constituição Federal de 1988 é que as políticas públicas, frente a um novo paradigma das concepções de infância e educação, e acompanhadas de amplas discussões antes iniciadas nos anos 1970, deram mais ênfase à criança.

Desta forma é que os direitos da infância foram então agrupados em três dimensões: relativos à proteção, à provisão e à participação. Conforme Pinto e Sarmiento (1997, p. 19) “[...] a interdependência dos diferentes direitos é a condição de sua própria realização, ou seja, reconhecer a inter-relação entre os três eixos significa reconhecer a criança como ator social”. E a escola? Esta, como última instância do poder público, começa a passar por grandes constrangimentos em função das avaliações oficiais, por serem expostas e alocadas em um ranking, por meio do qual a escola torna-se responsável pelo fracasso da educação.

Finalmente, em 1998, as Diretrizes Curriculares Nacionais, através da Resolução nº 2 de 7 de abril, foi instituída. Exclusão ou inclusão, as práticas pedagógicas e os critérios para o trabalho com alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida pareciam confundir-se, tornando o aprendizado desses alunos cada vez mais complexo. Em 1994, a Declaração de Salamanca, conferência mundial promovida pela UNESCO, que teve origem nos movimentos pelos direitos humanos nas décadas de 1960 e 1970, tratou de discutir princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

A princípio, Silva (2010) diz que o currículo é posto de forma estrutural, mas quando começa-se um questionamento, é preciso pensar no sujeito. Assim, o teórico chama currículo de documento de identidade e formação do sujeito. Mas que sujeito se quer formar? Toda a indústria da educação se forma a partir de “novos sujeitos” que fazem do educar nada mais do que uma ferramenta do capitalismo, esta que se transforma e precisa se adaptar às novas realidades, contribuindo para a construção do sujeito histórico social, como citado por Foucault (1972).

3 MOVIMENTOS SOCIAIS: A LUTA PELA INCLUSÃO E PELO DIREITO DE TRABALHAR

Para Silva (2002), os movimentos sociais no Brasil passaram pelo menos por três fases importantes. A primeira pode ser considerada como o período das grandes manifestações, especialmente na década de 1970. Neste período, a mobilização da sociedade pôde ser vista nas ruas e praças. A segunda fase fez com que os movimentos se preocupassem com a formalização de grupos, foi o período da organização, com ênfase na década de 80 do mesmo século XX.

Finalmente, a terceira fase apontada pelo autor aconteceu no início da década de 90 (século XX), quando esses movimentos passam a preocupar-se com a articulação, surgem os diálogos, o Estado passa a ser ouvido. Todos se sentam à mesa de negociações, se fortalecem as lideranças que agora precisam ser exercidas por pessoas melhor preparadas. Nesse cenário, também surgem algumas parcerias, criações de assembleias, conselhos populares e tribunas livres, como algumas das conquistas desses movimentos.

As Organizações Não Governamentais passam a gerir a busca de soluções mais concretas para as reivindicações da sociedade, agora organizada. Segundo Silva (2002, p. 60), “[...] É um momento em que os movimentos sociais são mais pluralistas e os partidos políticos têm seus interesses mais acentuados, aumentando seus conflitos internos”. Isto indica, também, que a defesa política dos direitos das pessoas com necessidades especiais está atrelada a uma relação de governabilidade.

Isto porque, diante dos conflitos instaurados pelos movimentos sociais, reconhecer os direitos destas pessoas também é forma de controle. Se os movimentos sociais se organizam e buscam os direitos dos grupos que representam, é preciso perguntar: O que é direito? Para resposta, é possível se apropriar da crítica de Bobbio (2002, p. 42), que responde o seguinte a respeito de se ter um direito:

[...] Significa, como veremos melhor em seguida, ter o poder de realizar certa ação. Mas, de onde deriva este poder? Não pode derivar senão de uma regra, a qual no mesmo momento em que me atribui este poder, atribui a um outro, a todos os outros, o dever de não impedir a minha ação. E o que significa dever? Significa estar obrigado a comporta-se de um certo modo, quer esta conduta consista em um fazer, quer em um não fazer. Mas de onde deriva esta obrigação? Não pode derivar senão de uma regra, a qual ordena ou proíbe. Em essência, o direito não passa do reflexo subjetivo de uma norma permissiva, o dever não é senão o reflexo subjetivo de uma norma imperativa (positiva ou negativa).

Dito de outra forma, a relação da norma jurídica põe em prática um mecanismo de controle, ao mesmo tempo em que parece reconhecer as necessidades de pessoas com necessidades educativas especiais. O parecer 13/2009 aprovado pelo então Ministro da Educação Fernando Haddad, homologado em 03 de junho de 2009, expressa as Diretrizes

Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. O documento garante a matrícula dupla do aluno, ou seja, o estudante obrigatoriamente deve frequentar a escola regular e, em caso de necessidade e havendo uma instituição especializada, a mesma também receberá pelo apoio prestado ao aluno, observadas todas as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação e as diretrizes em referência.

A partir da Declaração de Salamanca, é possível pensar em dois pontos distintos: de um lado, a lei reconhece o direito à educação para todas as crianças e, de outro, é preciso pensar todas as formas que produzem a exclusão. Visto que vivemos num mundo povoado pela diversidade, a inclusão acaba sendo produzida por diversas situações e não só pelas necessidades educativas especiais.

Em 2003, o MEC produziu o documento orientador denominado de “Programa de Educação Inclusiva: Direito à Diversidade”. Mais tarde, em 2005, o mesmo é publicado como documento norteador, agora com orientações de como organizar as salas e recursos. Em 2009, o Brasil reafirmou esse compromisso por meio do Decreto 6949/2009, assegurando também a organização das salas e recursos. O Decreto 7611/2011 surge como documento que garante o acesso dos estudantes com Necessidades Educativas Especiais em todos os níveis e ainda traz, em seu bojo, a garantia de matrícula dupla (escola regular e instituição de educação especial).

A Lei 12.764/12 veio para assegurar aos autistas os benefícios legais de todos os portadores de deficiência, que incluem desde a reserva de vagas em empresas com mais de cem funcionários até o atendimento preferencial em bancos e repartições públicas.

O que os movimentos sociais têm a ver com tudo isso? Tudo. Pois é por meio da sociedade organizada em associações, assembleias, etc, que os movimentos em prol das pessoas com deficiência acontecem. O ano de 1981 foi declarado o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência. Segundo Silva (2002, p. 29):

As primeiras entidades organizadas a nível nacional foram o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar dos Cegos, fundado em 1954, a Federação Nacional das APAEs, criada em 1962, a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi em 1970 e a Federação Brasileira de Instituições de Excepcionais, fundada em 1974.

O problema que motiva as discussões e muitas manifestações contra o parecer 13/2009, é que as Diretrizes consideram somente uma pequena parte dos alunos do Atendimento Educacional Especializado (AEE), alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular, conforme Decreto 6.571/2008 que regulamenta o Art. 60 da LDB 9394/96.

Atualmente, um projeto de autoria do senador José Pimentel (PT-CE)¹ propôs cortar os repasses do governo federal para as APAEs depois do ano de 2016. Consequentemente, as associações vão fechar as portas (Jornal Pequeno Online, Publicado em: 15/08/2013). Sem repasses do governo, as APAEs e outras instituições que se dedicam à educação e integração de pessoas com necessidades especiais na sociedade estão fadadas ao fechamento.

Portanto, há a necessidade de um acirrado debate entre esses atores sociais e políticos, para que o trabalho das instituições como as APAEs não se perca e continue.

4 EMPREENDEDORISMO E O CURRÍCULO FUNCIONAL

Embora o termo “empreendedorismo” remeta diretamente para a ideia de organização administrativa, pode ser tomado como habilidade necessária para o crescimento profissional, social e pessoal. Segundo Dolabela (2001, p. 81):

Um dos maiores equívocos da educação empreendedora no Brasil é não considerar o empreendedorismo como um fenômeno cultural, o que enseja a adoção de uma estratégia pedagógica inadequada porque supõe, enganosamente, que os elementos que definem o empreendedor são conhecimentos que podem ser transferidos na forma do ensino convencional.

Esse equívoco na educação, segundo o autor, talvez explique um projeto de Lei que prevê acabar com os repasses às Instituições de Educação Especial, pois está centrado na ideia de inclusão enquanto não segregação, mas deixa de lado a discussão de uma inclusão que é integradora do sujeito na sociedade. Atualmente, o empreendedorismo é uma das formas de ajudar as pessoas com necessidades especiais a buscarem seu autossustento.

No entanto, há muito que ser aprendido e melhorado no cenário educacional brasileiro, pensando nessa visão de educação empreendedora. Segundo Neto e Cardoso (2010, p. 36):

A gênese dessa pedagogia empreendedora aponta para métodos que tenham como objetivo promover a melhoria das condições de vida da sociedade contemporânea e que estejam envolvidos numa Educação norteada por princípios de sustentabilidade; caso contrário, acabarão por produzir a marginalização das pessoas.

Pode-se dizer que o ensino empreendedor consegue incutir nos alunos com necessidades educativas especiais conhecimento prático, envolvimento com a comunidade, além dos muros da instituição e relacionamento humano dentro e fora da instituição. Ainda segundo Neto e Cardoso (2010, p. 38), esta é a pedagogia dos sonhos, pois olha para todos

¹Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2013/08/14/pimentel-diz-que-fim-de-repasses-as-apaes-busca-incluir-alunos-nas-escolas-regulares>>. Acesso em: 12 jan. 2014.

como empreendedores potenciais, sendo sua preocupação essencialmente social, “[...] sobretudo quando aborda uma nova visão, de caráter coletivo e preconizada por esforços de participação, integração e cooperação”.

Atualmente transita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 1784/11 que prevê incentivo ao empreendedorismo para pessoas com deficiência. Algumas regiões já despontam com números significativos de deficientes empreendedores, conforme dados do SEBRAE², entretanto, é preciso enfatizar que, no caso dos deficientes intelectuais, estamos tratando de educação básica e qualificação para o trabalho, sem os quais essas pessoas não terão as mesmas chances e oportunidades de trabalho, por conta de suas limitações comportamentais e cognitivas.

Em meio a esse debate tão polêmico, que por um lado propõe o fim do repasse de verbas para instituições como a APAE e por outro prevê um incentivo ao empreendedorismo para pessoas deficientes, é importante destacar que o trabalho das APAEs, com uma pedagogia articulada a partir de um currículo funcional, pode em muito engrossar as fileiras dos deficientes que podem ser beneficiados, por tornarem-se gestores de seu sustento, desenvolvendo trabalhos a partir de suas habilidades e competências.

Para Pastor (*apud* CERQUEIRA, 2008, p. 2): “O currículo não deve ser concebido de maneira a ser o aluno quem se adapte aos moldes que oferece, mas como um campo aberto à diversidade. Tal diversidade não deve ser entendida no sentido de que cada aluno poderia aprender coisas diferentes, mas sim de diferentes maneiras”. Assim, podemos concluir que o trabalho com o currículo funcional contribui por contemplar conteúdos capazes de integrar a pessoa de maneira global, pois não pressupõe conteúdos meramente acadêmicos, já que atividades relacionadas à vida prática diária são componentes primordiais para essas pessoas com necessidades educativas especiais. Segundo Cerqueira (2008, p. 13):

O Currículo Funcional é uma proposta que aponta caminhos para o aluno, à sua maneira e com o auxílio da família e de professores, tenha participação social e melhor autogestão na vida. Para atingir as metas no Currículo Funcional, torna-se importante a participação da família e a interação amistosa entre o professor e o aluno, que são os agentes do processo ensino-aprendizagem.

Como vemos, trata-se de um empreendimento pedagógico, no qual todos são envolvidos. Instituição e famílias assumem o compromisso de preparar os Deficientes Intelectuais (DIs) para a vida cidadã, conquistando mais independência e dignidade. Com

² Disponível em: SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas e Empresas - <<http://www.al.agenciasebrae.com.br/noticia.kmf?canal=963&cod=21091837>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

exceção dos casos mais graves, muitos são beneficiados com este trabalho, que precisa ser mais bem divulgado para a sociedade. O fato de um DI (Deficiente Intelectual) apreender a cuidar de sua higiene pessoal é considerado um grande avanço. Para um DI conseguir desenvolver maior autonomia, independência, uma autoimagem sadia, autoconfiança e uma identidade positiva, isso só pode ser possível em instituições como a APAE que, surge no cenário educacional com esse objetivo.

5 ESTUDO DE CASO: APAE DE BRAGANÇA PAULISTA

Na tentativa de produzir um trabalho que contribua com outros educadores e pessoas interessadas nas discussões acerca da necessidade ou não da existência das APAEs, buscou-se empreender uma pesquisa que demonstra, por alguns dados, como o trabalho dessa instituição contribui de forma significativa para a inserção de pessoas com *Déficit* Intelectual no mercado de trabalho.

Segundo a Lei 8213/91, a proporção da distribuição de vagas seria: para um número de 100 a 200 empregados, 2% de deficientes; de 201 a 500, uma cota de 3%; de 501 a 1000 funcionários, cota de 4% e acima de 1001, a cota é de 5%. Ainda existem muitas empresas que burlam a lei. A fiscalização, que começou em 2001, multa as instituições que não cumprem a demanda. As empresas, por outro lado, alegam que são muitas as dificuldades e que definir os diferentes tipos de deficiência e adequá-las aos postos de trabalho é um complicador, conforme a natureza da operação comercial, industrial ou de serviços.

Embora essa ação seja de inclusão social, muitas empresas resistem e alegam que ao contratar deficientes, precisam fazer adaptações para garantir a acessibilidade e a comunicação. Em nosso país ainda precisamos de políticas públicas que estimulem os empresários brasileiros à contratação de pessoas com deficiências de toda a sorte. O preconceito que permeia nossa sociedade está disfarçado pelo discurso que prega a responsabilidade social e a sustentabilidade, mas na prática deixa à margem muitas pessoas que, mesmo em face de limitações, podem vir a superar suas próprias dificuldades em busca de um lugar da cadeia produtiva para seu próprio sustento.

Cada unidade da APAE sempre tem algo de especial para mostrar. É possível conhecer como seu trabalho é importante para pessoas com necessidades especiais, por isso, ao entrevistar os representantes da APAE de Bragança Paulista, no estado de São Paulo, foi possível captar nas falas destes diretores e de funcionários e professores da unidade, que de fato ali acontece um trabalho feito com dedicação e amor. Assim, neste texto curto descritivo,

fruto das entrevistas, é apresentada a realidade da APAE de Bragança Paulista.

Um nome bem conhecido de todos é o da educadora Maria Teresa Égler Mantoan³, que atualmente é defensora da inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular e foi quem, com ajuda de outros pais de excepcionais, fundou em 16 de março de 1969 a APAE de Bragança Paulista. Esta, a princípio, começa a funcionar na residência do Dr. José Parente e Dona Orminda. A sede própria foi conquistada em 1995, à Rua José Acedo Toro, n. 800, no Jardim Sevilha, de acordo com o site da instituição⁴.

Segundo o diretor técnico André Oliveira de Assis Exel⁵, a instituição atende 212 alunos com deficiências, da infância à idade adulta. São 53 colaboradores entre agentes de organização, terapeutas e professores. Numa área de mais ou menos 3 mil metros, a unidade conta com 42 salas, que incluem além das classes, 1 espaço para o telemarketing, 1 sala de informática, 1 cozinha ampla, 9 conjuntos de sanitários, 2 quadras poliesportivas – sendo uma coberta –, horta e pomar.

A parte pedagógica conta com muitos materiais utilizados nas salas de aulas com alunos com diversos comprometimentos. É importante lembrar que muitos dos alunos apresentam apenas o *Déficit* Intelectual, mas outros podem também ter comprometimentos acompanhados do DI. São múltiplos sujeitos, podem ser Downs com DI, Autistas com diferentes tipos de DI, deficientes físicos com DI, etc. São pessoas que precisam de currículos construídos de acordo com suas necessidades físicas e cognitivas individuais.

O currículo funcional trabalha a partir do histórico familiar completo, o que permite uma interação com a comunidade, em especial a família, com objetivo de proporcionar uma formação com qualidade de vida para os alunos. Os Planos de Cursos são individuais e embora precisem estar em consonância com a base comum dos conteúdos determinada pelos PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), trazem um diferencial que é chamado de AVD (Atividade Vida Diária), ou seja, os alunos são expostos à aprendizagem necessária para uma vida melhor, em relação à higiene, organização e socialização.

Todos os alunos também têm aulas de informática e arte terapia, o que, segundo a diretora pedagógica, tem trazido muitos resultados positivos, pois são momentos prazerosos

³ Maria Teresa Égler Mantoan é pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Unicamp, professora Assistente Doutor MS-3 da mesma Universidade. Dedicou-se às áreas de pesquisa, docência e extensão e ao direito incondicional de todos os alunos à educação escolar de nível básico e superior de ensino. Autora de livros e artigos sobre inclusão escolar, é consultora do Ministério de Educação no assunto. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/unicamp/imprensa/premios-e-distincoes/premio-zeferino-vaz/2008/maria-teresa-mantoan-fe>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

⁴ Disponível em: <<http://www.apaebp.org.br>>. Acesso em: 07 fev. 2014.

⁵ André Oliveira de Assis Exel é Fisioterapeuta com especialização em Educação Especial e atua na área há 8 anos.

para os alunos, que, a despeito de suas dificuldades, gostam do contato com a tecnologia e com a terapia num processo criativo. A Secretaria de Educação de São Paulo elaborou um documento norteador do trabalho das APAEs que deve ajudar as unidades a organizarem melhor seus currículos e projetos. Este documento está disponível desde 2013 sendo um parâmetro de organização e orientação para oficinas diversas, com enfoque empreendedor.

Ao mesmo tempo em que as discussões no Senado caminham no sentido de cortar os repasses para as instituições que dão assistência às pessoas deficientes, entre elas as APAEs, o documento mencionado denominado de “Diretrizes para cooperação entre as APAEs e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo”, cujo capítulo II está voltado à educação especial para o trabalho, reforçam o trabalho para a educação empreendedora realizado pelas APAEs. Nas Diretrizes (BRASIL, 2013, p. 8) é expresso como um dos objetivos específicos:

[...] atender, no Programa de Educação Especial para o Trabalho, na modalidade de Educação Especial, e com encaminhamento para o trabalho, alunos com idade entre 15 e 30 anos, com deficiência intelectual, deficiência múltipla (deficiência intelectual associada a outra deficiência) e/ou transtorno global do desenvolvimento associado à deficiência intelectual, matriculados na Escola de Educação Especial das APAEs, instituições conveniadas, matriculados na rede pública e/ou encaminhados pela Diretoria de Ensino.

A unidade da APAE de Bragança oferece atualmente 4 tipos de oficinas: Oficina para autistas; Artesanato; Padaria artesanal e Produção. Esta última, segundo o diretor técnico, trata-se da simulação de um ambiente industrial. Por conta desta parceria com uma empresa da cidade são produzidas 18 mil canetas na oficina. O valor recebido pelo trabalho é revertido em benefícios para os alunos dentro da instituição.

No caso da oficina de Produção, o diretor técnico André disse que os alunos não recebem diretamente o dinheiro, pois no passado a experiência mostrou que muitos não conseguiam gerir o montante, ou alguém da família se apropriava da remuneração e o aluno da oficina ficava sem nada. Da forma como é feito atualmente, os jovens escolhem como querem gastar e a equipe da APAE os ajuda neste sentido, conforme o que diz a professora Rosemary Januário Lopes Leme⁶, que afirma que a instituição “[...] tem como objetivo promover o desenvolvimento no aluno, de coisas que ele precisa na vida diária, para resolver situações de conflito e suas dificuldades cotidianas” (*relato verbal*).

Finalmente, destaca-se o grande diferencial da APAE de Bragança Paulista, que é a supervisão dos jovens que são colocados nas empresas. Em geral, depois que os jovens ou adultos passam pelas oficinas e saem da APAE para uma vida com mais autonomia, o vínculo

⁶ Rosemary Januário Lopes Leme é pedagoga e licenciada em História, com especialização em Educação Especial, atuando na área desde 1991.

com a instituição é encerrado, mas em Bragança não. Ou seja, o diferencial da APAE de Bragança se resume numa constante preocupação com a gestão dos recursos que esses jovens e adultos passam a receber. Isto se deve ao fato de casos diversos relatados pelos próprios ex-alunos. Alguns se queixavam que os familiares, literalmente, lhes roubavam o salário que recebiam; outros eram ludibriados por pessoas mal-intencionadas e perdiam muito dinheiro; outros gastavam o dinheiro com presentes, enfim, os relatos são inúmeros, mostrando que o DI precisa de constante acompanhamento. Mesmo conseguindo se integrar ao mundo do trabalho e receber um salário para seu sustento para ter uma vida mais digna, o DI precisa continuar num processo de desenvolvimento para conduzir sua vida.

Estas ações refletem o pensamento empreendedor, presente nos gestores da APAE de Bragança, bem como em toda a equipe. Segundo Oliveira (2010), a pedagogia empreendedora tem esse objetivo, de levar os alunos a vivenciarem conflitos cognitivos, para desenvolverem uma ação de resolução e organização da situação.

Em termos de educação empreendedora, se pode dizer que a APAE, segundo Filion e Dolabela (2004), situa-se no empreendedorismo social, cuja atividade é benemérita, ou seja, sem fins lucrativos, mas com implicação social. Segundo o professor André de Oliveira, existe um projeto da equipe técnica ainda em estudo e organização para preparar as empresas para receberem os DI, pois muitas se recusam, entendendo que não se adaptam a Lei das cotas, dando preferência para outras deficiências.

O professor entende que, assim como a escola regular não está preparada para receber os alunos por conta da inclusão, as empresas também precisam ser preparadas, considerando este um trabalho desafiador. O diretor destacou ainda que não há porque temer receber os DIs nas empresas, pois são pessoas educadas, responsáveis, honestas e que aprendem na APAE a ter espírito de equipe, habilidade essencial no mundo do trabalho atualmente.

O cenário apresentado, a descrição do trabalho desenvolvido pela APAE de Bragança Paulista, deve motivar a melhor compreensão do papel das APAEs em relação à inserção do DI no mercado de trabalho, pois não se trata de uma escola que olha para os alunos como uma massa de gente, que caminha no mesmo ritmo e acessa todas as informações da mesma forma, mas sim de uma instituição que tem uma proposta de trabalho comprometida com a melhora na qualidade de vida das pessoas com necessidades especiais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme as discussões e leituras durante o curso de Especialização em Educação

Empreendedora, oferecido pelo Núcleo de Educação a Distância da Universidade Federal de São João Del Rei (MG), foi possível perceber que o pensamento empreendedor primeiro precisa ser cultivado entre os educadores, para que então os alunos sejam conduzidos no sentido de, a partir dos conteúdos, vislumbrem possibilidades de uma vida melhor.

É exatamente isso que instituições como as APAEs, conforme se citou no decorrer desse texto, fazem. Procuram colaborar para que as pessoas com deficiências tenham possibilidade de acessar o mercado de trabalho, quer pela qualificação para chegar às empresas, quer por desenvolver sua autonomia, por executar seus próprios projetos, a partir das habilidades desenvolvidas, como no caso de oficinas de artesanato.

Para Dolabela (2001), ser empreendedor é mais do que abrir um negócio próprio, é uma questão de ser, de estilo e de atitude. Por isso, o que a APAE busca é que seus alunos simplesmente sejam. Ou melhor, dizendo, sejam pessoas incluídas socialmente apesar de suas limitações, que sejam respeitadas e que tenham condições de uma vida melhor em todos os aspectos. Neste cenário, espera-se que este trabalho ajude a compreender que a APAE, assim como outras instituições que são consideradas como centros de educação não-formal, precisam continuar e ser mais bem assistida pelas políticas públicas.

Embora esta instituição seja alvo de tantas polêmicas e de projetos absurdos de políticos que nem mesmo têm a percepção e a dimensão correta de quais são as necessidades das pessoas com deficiências, pois se amparam no senso comum e num conhecimento superficial do assunto, sem dúvida, este pequeno relato mostra que as APAEs são muito importantes na vida de muitas pessoas com diferentes deficiências.

Outro ponto importante que o trabalho trouxe à luz para discussão diz respeito à qualificação profissional com a supervisão da equipe técnica e pedagógica, dando a conhecer que a educação empreendedora também está presente no modo como os DIs são orientados antes e depois que conseguem acessar um trabalho regular e formal. Finalmente, este trabalho responde à questão central que norteou a pesquisa, ou seja, as entrevistas e a descrição das ações empreendidas pela APAE de Bragança Paulista mostram que o trabalho de todos nesta unidade se faz necessário para a sociedade brasileira, não só atendendo a legislação voltada à inserção da pessoa com necessidades especiais, mas por proporcionar uma vida mais digna a uma parcela da população que carece de muito mais atenção.

Por fim, os anseios da pesquisadora refletem as palavras de Paulo Freire (BERALDI *apud* DAUD, 2012 p. 24): “Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade”.

APAE: AN ENTREPRENEURIAL EDUCATION MODEL

ABSTRACT

This article presents a research on the implications and contributions of the current work of professionalization and market insertion performed by APAEs (Association of exceptional parents and friends), by offering to people with special needs the opportunity to manage their own support and become part of the active population. Thus, the education offered by these institutions, concerned with training their students for civic life, needs to be discussed from another viewpoint. The study begins with a brief course on inclusion of people with special educational needs and movements of civil society, with the aim of promoting social, educational, cultural and political transformations. Finally, pointing as it conforms at APAE of city the Bragança Paulista, is reported from a literature research and data collected within the institution, how is this educational process to the labor market.

Keywords: APAE; entrepreneurial pedagogy; special educational needs.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. São Paulo: Edipro, 1993.

BRASIL. **Constituição federal**. Brasília, 1988.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais - terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental** (Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais). Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. 8. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. (Série legislação; n.102).

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 13/2009. **Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica**, modalidade Educação Especial. Homologado em 24/09/2009, Seção 1, p.13. Despacho do Ministro. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2014.

_____. DECRETO Nº 6.571, DE 17 DE SETEMBRO DE 2008. **Dispõe sobre o atendimento educacional especializado**. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/decreto-no-6571-de-17-de-setembro-de-2008-dispoe-sobre-o-atendimento-educacional-especializado>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

_____. Lei 12764/12 | Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista**; e altera o

art. 98 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em:
<<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033668/lei-12764-12>>. Acesso em: 14 jan. 2014.

_____. Decreto 6949/2009. **Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo**, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 05 jan. 2014.

_____. Ministério da Educação. Decreto 7611/2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: 19 dez. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2 ed. Brasília: TEM, SIT, 2007. Lei 8213/91. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BCB2790012BCF9D75166284/inclusao_pessoas_defi12_07.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 1784/2011. **Altera a política nacional para integração da pessoa portadora de deficiência** (Lei7853/89). Disponível em: <[Http://Www2.Camara.Leg.Br/CamaraNoticias/Noticias/Industria-E-Comercio/206796-Projeto-Apoia-Empreendedorismo-De-Pessoas-Com-Deficiencia.Html](http://www2.camara.leg.br/CamaraNoticias/Noticias/Industria-E-Comercio/206796-Projeto-Apoia-Empreendedorismo-De-Pessoas-Com-Deficiencia.Html)>. Acesso em: 11 jan. 2014.

CERQUEIRA, Maria Tereza Almeida. **Currículo funcional na educação especial para o desenvolvimento do aluno com deficiência intelectual de 12 a 18 anos**. (2008). Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1068-4.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2014.

DAUD, Eliana Lopes. **A educação sociocomunitária e o subsídio de Paulo Freire**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Salesiano de São Paulo. Americana: 2012. Disponível em: <http://unisal.br/wp-content/uploads/2013/04/Disserta%C3%A7%C3%A3o_-Eliana-Daud.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2014.

DOLABELA, Fernando. A pergunta recorrente: e depois que aprendermos a fazer o pão? **Revista Aminoácidos**. Agência de Educação para o Desenvolvimento (AED). 2001, p. 81-90. Disponível em: <<http://www.starta.com.br/informe/9/artigodolabela.asp>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

FILION, Louis Jacques; DOLABELA, Fernando (Orgs.). **Boa idéia! E agora?** São Paulo: Cultura Editores Associados, 2004, p.17-29. Disponível em: <http://pos.nead.ufsj.edu.br/ee/ee2012/moodle/file.php/7/empreendersistema_ecologico_de_vida.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2014.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Lisboa: Vozes, 1972.

GOHN, Maria da Glória. Um novo campo de atuação. **Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 6, n. 21, out/dez, 1998, pp.511-526.

NETO, Bezamat de Souza; CARDOSO, Merilane Emanuele. **Pedagogia empreendedora**. São João del-Rei, MG: UFSJ, 2010.

OLIVEIRA, Marco Antonio de. Gestão e Pedagogia Empreendedora urgem educador-empreendedor. **ECCOM**, v.1, n.2, jul./dez., 2010, pp.55-60.

PASTOR, Garcia Carmem **Uma escola comum para meninos diferentes**: La Integracion Escolar. Barcelona: EUB, 1993.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel J. As crianças e a infância: definindo conceitos delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel J. (Coord.). **As crianças**: contextos e identidades. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SÃO PAULO. **Diretrizes para cooperação técnica entre as APAEs e a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo**. CAPE. São Paulo: SE, 2013. Disponível em: <http://cape.edunet.sp.gov.br/cape.../P_5.Diretrizes_Coordenacao_Tecnica.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2014.

SILVA, Idalari. Alves da. **Construindo a cidadania. Uma análise introdutória sobre o direito à diferença**. Programa de Pós Graduação em História (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2002.

SILVA, Toma Tadeu da. **O sujeito da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Recebido em 13 de dezembro de 2016. Aprovado em 03 de abril de 2017.